



Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

Reunião Plenária com as entidades do Movimento Negro e com atuação no Combate ao Racismo.

São Paulo, 17 de junho de 2002.

Textos para leitura

O Combate ao Racismo e as Eleições 2002.

A questão racial no Programa de Governo PT/LULA 2002 (Relatório dos Seminários Regionais)

SÃO PAULO

Rua Silveira Martins, 132 - Centro - CEP 01019-000 - São Paulo SP - Brasil

Tel.: (+5511) 3243 1313 - Fax: (+5511) 3243 1300 - E-mail: ptbrasil@ax.apc.org - Home Page: <http://www.pt.org.br>

BRASÍLIA

SCN - Edifício Trade Center, sala 612 - CEP: 70710-500 - Brasília DF - Brasil - Tel.: 061 327 1113



A questão racial no Programa de Governo **PT/LULA 2002** **(Relatório dos seminários regionais)**

1. Introdução

Com a intenção de ampliar o debate sobre as propostas de combate ao racismo no processo de elaboração do Programa de Governo PT 2002 – LULA Presidente, a SNCR - Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT realizou um ciclo de cinco seminários regionais, contemplando a diversidade organizativa no país, no que diz respeito às questões culturais, sociais, políticas e econômicas.

Desde a criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, em 1995, tem havido o investimento na estruturação das Secretarias Estaduais e Municipais de Combate ao Racismo do PT, que foram base para a organização deste ciclo de seminários.

Ressalta-se a importância da representação do Setorial de Negros e Negras do PT na Coordenação do Programa de Governo PT 2002 – LULA Presidente. A partir desta representação têm sido feito o esforço de garantir a conexão da questão racial com as diretrizes e os eixos estruturantes do programa de governo.

Têm sido apontada pela Coordenação do Programa de Governo a necessidade de um processo organizativo de elaboração do programa e de campanha, que garanta:

- um processo participativo, legitimado entre os diferentes setores sociais;
- a soma entre as questões políticas, o conceituais e a dinâmica social;
- a relação entre o local, o estadual, o regional e o nacional;
- o resgatar o acúmulo de outras campanhas (1988, 1994, 1998)
- a consideração dos acúmulos das administrações municipais e estaduais (184 Municípios e 05 Estados)
- o fortalecimento da relação com setores que apoiam a candidatura LULA mas não aparecem publicamente (Ex. CNBB, Associação dos Comerciantes, empresários etc)

S ã o P A U L O

Rua Silveira Martins, 132 - Centro - CEP 01019-000 - São Paulo SP - Brasil

Tel.: (+5511) 3243 1313 - Fax: (+5511) 3243 1300 - E-mail: ptbrasil@ax.apc.org - Home Page: <http://www.pt.org.br>

B R A S Í L I A

SCN - Edifício Trade Center, sala 612 - CEP: 70710-500 - Brasília DF - Brasil - Tel.: 061 327 1113

Em relação aos Seminários Regionais foram adotados como referência dois documentos:

- a) *Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil – LULA 2002, aprovado no XII Encontro Nacional do PT.* Este documento indica para a elaboração do programa, três vertentes:
- **Social.** Formulação da questões social como eixo estruturante do plano de governo não pode guiar-se por políticas compensatórias; deve-se reforçar propostas e estratégias de inclusão social; e, o orçamento público deve ser repensado pela ótica do orçamento social (incluindo a perspectiva de política distributiva e a assistência social);
 - **Nacional.** Resgate da história da construção da riqueza material e cultural do nosso país, resgatando o olhar dos trabalhadores e não apenas das elites brasileiras; fortalecimento da identidade do povo brasileiro enquanto nação;
 - **Democracia.** Reafirmação da ética na política como principal instrumento político do PT; a perspectiva de inversão de prioridades e inclusão social; garantia da participação popular e democracia rumo a um desenvolvimento sustentável

Neste sentido, consideramos como um salto político o tratamento da questão social como principal eixo estruturante do programa de governo, o que implicará num grande esforço de elaboração política, pois isto significa a proposição de inversão de prioridades; na busca de ruptura com a ordem vigente; na necessidade de repensar a estruturação do orçamento público; e, na viabilização de propostas específicas para o enfrentamento das desigualdades raciais.

- b) *O combate ao racismo e as eleições de 2002, elaboração preliminar da SNCR para o Programa de Governo.*

Este documento foi elaborado com base na tese aprovada no 7º Encontro Setorial Nacional de Combate ao Racismo; as propostas de programa de governos de 1994 e 1998; e, reflexões sobre a III Conferência contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada setembro de 2001, em Durban – África do Sul.

Com a apresentação das sínteses destes documentos pretendeu-se dar um corpo único para os debates dos seminários, buscando como resultado uma produção coletiva, respeitando as diversidades regionais. Foi indicada para os seminários a seguinte pauta:

- As eleições de 2002 e as políticas de promoção da igualdade
- A questão racial negra pós Durban - III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata
- A atuação do parlamento no combate ao racismo
- Tática e estratégia de intervenção da militância negra

Os seminários apresentaram dinâmicas e abrangência muito diferenciadas, tendo como resultado de participação:

Região	Datas	Número de Participantes	Representação de Estados
Centro-Oeste Local: Campo Grande – RS	10 e 11/05	90	03 Estados (Mato Grosso do Sul; Goiânia; Mato Grosso)
Nordeste Local: Aracaju – SE	26, 27 e 28/04	70	04 Estados (Rio Grande do Norte; Sergipe; Piauí; Bahia; Pernambuco)
Norte Local: Macapá – AP	10 e 11/05	120	02 Estados (Amapá, Amazonas; Belém do Pará)
Sudeste Local: Rio de Janeiro – RJ	19, 20 e 21/04	40	04 Estados (Rio de Janeiro; São Paulo; Minas Gerais; Espírito Santo)
Sul Local: Porto Alegre – RS	03, 04 e 05/05	80	03 Estados (Paraná; Santa Catarina e Rio Grande do Sul)

Procurou-se garantir nos seminários a participação do Secretário¹ e/ou representante da SNCR; a representante na Coordenação do Programa de Governo²; as/os Secretárias/os

¹ Com exceção do Seminário da Região Centro Oeste que ocorreu concomitante ao Seminário da Região Nordeste

² Com exceção ao Seminário da Região Sul e o Seminário da Região Norte (que aconteceu concomitante ao da Região Centro-Oeste).

Estaduais de Combate ao Racismo do PT; e, militantes do Partido. Convidamos para a abertura dos Seminários a Presidência do PT Estadual e Municipal e autoridades locais³, demonstrando a importância de ampliar o debate sobre a questão racial para dentro do Partido, Governos e demais instituições.

Participaram de maneira mais efetiva destes seminários um grande número de militantes novos no partido, o que demonstra o avanço do trabalho de combate ao racismo. No entanto, constata-se a necessidade resgatar a militância antiga, para continuar contribuindo neste importante processo de elaboração política.

Em alguns seminários foi possível garantir a presença de representantes de partidos aliados e de entidades do movimento negro e demais setores do movimento social, o que contribuiu para o enriquecimento dos debates.

São apontados desafios no que diz respeito a organização, articulação e negociação das proposições políticas da campanha no interior do partido e demais setores da luta anti-racismo (movimento negro; sindical; mulheres negras; gays, lésbicas, travestis e transexuais, entre outros).

Os resultados destes seminários estão sintetizados a partir dos temas pautados, e apresentados em quadros (organizados a partir das exposições e reflexões/propostas). Este relatório será um importante instrumento na elaboração do documento final, no que diz respeito ao combate ao racismo.

A partir destas sistematizações pretende-se ampliar os debates, a partir de um seminário nacional em Brasília; uma reunião com representação de entidades do movimento negro; e uma audiência pública com o coordenador do programa de governo. Outras atividades poderão ser planejadas, a depender da agenda da campanha.

³ Embora tenha havido uma resposta positiva a estes convites, a presença das autoridades não foi efetiva em todas as regiões, o que demonstra a necessidade de maior investimento nesta iniciativa.

2. Resumo dos seminários

2.1 - As eleições 2002 e as políticas de promoção da igualdade - Questões táticas e estratégicas

Exposições	Reflexões/Propostas
<ul style="list-style-type: none"> . O movimento negro brasileiro tem uma forte tendência à esquerda. . O documento Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil – Lula 2002 traz como eixos: o social, o nacional e o democrático. . Fazer uma reflexão do significado das duas gestões de FHC para a população negra brasileira. . A população negra mundial tem grande referência no governo Mandela. . As políticas de aliança com partidos da direita e conservadores ferem a integridade dos trabalhadores e da população negra. . O Combate ao Racismo desenvolve em âmbito nacional uma importante discussão com questões ligadas à história, memória, cultura e cidadania da população negra, tendo como pano de fundo uma dimensão estratégica. . Propagandas governamentais devem apresentar os negros de maneira visível. . Devemos aproveitar dos acúmulos das políticas de combate ao racismo nos municípios e estados; todo o acúmulo da SNCR deve ser assimilado pelo governo como um todo, a fim de construir uma política eficaz para uma sociedade mais justa e igualitária. . É importante desenvolver o trabalho sobre a questão racial a partir de um organismo próprio, no entanto havendo estímulo para que todos os ministérios e secretarias desenvolvam programas e projetos. . Dificuldade de separar o que é papel do movimento, do governo e do partido, pois tem sido comum as mesmas pessoas estarem nos três lugares. . Necessidade de compreendermos o papel do planejamento estratégico como procedimento de definição de prioridades de governo e também de campanha. . Os anos 80 demarcaram o fortalecimento dos movimentos sociais e com isso a apresentação de uma agenda social para o PT (mulheres, negros, e dos trabalhadores como um todo). . Negros estão organizados no partido e tendo presença nas campanhas majoritárias desde 1982, os debates e formulações refletem este acúmulo (ver documento com histórico da luta de combate ao racismo no PT). . Foi acertada a realização de campanhas pelo voto negro – “Faça 	<p>SUDESTE</p> <ul style="list-style-type: none"> . Ampliar a participação de negros na Coordenação da campanha; . Potencializar a presença da população negra na Campanha Lula; . Aprofundar e buscar interligação entre os eixos: social, nacional e democrático; . Estruturar a proposta de criação do MAS – Ministério do Ajuste Social; . Procurar ter mais informações sobre o governo Mandela e comparar a situação de LULA no Brasil; . Trabalhar de maneira mais direta a soberania nacional e o combate à corrupção; . Publicação da Fundação Perseu Abramo considerando os temas: trabalho; saúde; educação e relações internacionais. <p>NORDESTE</p> <ul style="list-style-type: none"> . Garantir a presença proporcional de negros no programa de TV; . Criar um fundo partidário para campanha de candidaturas negras; . Implantar uma ação pedagógica que proporcione ao sujeito historicamente excluído o acesso a sua história e origem, isso desempenhado de forma interdisciplinar, considerando a diversidade e a pluralidade de cada grupo étnico; . Assegurar aos terreiros/sítios/roças afro-religiosos os direitos de inserção e liberdade de culto previsto em lei, assegurando o reconhecimento do sacerdócio como atividade profissional e o de aposentadoria como ministro religioso. <p>CENTRO-OESTE</p> <ul style="list-style-type: none"> . Qualificação da militância de ponta sobre o orçamento público e gestão pública ainda no primeiro semestre de 2002, como preparação para campanha e futuro governo; . Elaboração de cartas para o partido sinalizando as críticas sobre a forma como a questão racial aparece na campanha (nos programas de televisão, nos discursos), visando provocar mudanças de posturas;

a coisa certa” e “Um voto com raça e com classe”.

. Devemos buscar garantir a sustentação das candidaturas negras nas cidades.

. Garantir representação nos momentos do planejamento estratégico e de priorização de ações;

. Repetir a campanha “Um voto com raça e com classe”;

. O movimento negro tem que disputar o todo do orçamento público e não apenas encaminhar projetos específicos. “Não dá para tratar pobre e branco da mesma maneira que pobre negro”;

. Criação de assessoria do Partido para acompanhar as coordenadorias/assessorias de combate ao racismo;

NORTE

. Necessidade de considerar que a discriminação não está relacionada somente à classe social, mas fortemente ligada à questão étnica racial;

. Compreender os movimentos sociais como autônomos;

. Estabelecer uma relação com nossos gestores e parlamentares;

. Buscar cada vez mais a organização, o fortalecimento de nossas secretarias e movimentos onde militamos;

. Cobrar dos nossos dirigentes uma atuação mais efetiva em relação as nossas pautas de discussões;

. Realizar fóruns permanentes estaduais, nacionais para fortalecer cada vez mais nossas populações;

. Fazer uma publicação de nossas propostas para torná-las visíveis ao Partido e à Sociedade;

. Atuação efetiva junto ao Diretório Nacional para consolidar e fortalecer politicamente as ações da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo;

. Compreender os movimentos sociais como autônomos;

. Criar condições para um grande movimento de massa contra o desemprego, pelo combate à discriminação racial, a fim de proporcionar condições de igualdade no mercado de trabalho, na educação e na política.

SUL

. Investir na criação de livros didáticos que apresentem a história, valorizem a cultura e a identidade dos afro-brasileiros, promover e incentivar a pesquisa a fim de tirar de circulação aqueles que depreciem e menosprezem a contribuição da Comunidade Negra para a formação da sociedade brasileira;

. Apoiar a pesquisa científica em relação a etnia afro-brasileira, incentivando o mapeamento da comunidade negra para o reconhecimento de toda a história e através disto destacar novos talentos;

. Garantir que a Defensoria Pública do Estado atenda com prioridade as vítimas de racismo;

. Promover campanhas de conscientização e erradicação de todas as formas de racismo, em todos os espaços públicos e privados, principalmente quanto às relações de trabalho e qualificação profissional;

2.2 - O debate e as intervenções sobre a questão racial negra pós Durban

Exposições	Reflexões/Propostas
<ul style="list-style-type: none"> . O processo brasileiro de preparação para Durban foi muito rico unificando setores do Movimento Negro (CONEM e MNU), tendo diversas ONGs a frente dos comitês mundiais; o governo brasileiro assimilou grande parte da formulação do Movimento Negro. . A formulação do Estatuto da Igualdade Racial passa a ser um importante instrumento de luta. . Fortalecimento dos Fóruns Locais (Ex. Comitê Afrobrasileiro do FSM). . A discriminação racial atinge a população negra, mas também outros grupos raciais como os indígenas. . Movimento internacional sai estimulado a aprofundar a ação na questão racial. . Escravidão foi considerada como crime contra a humanidade (no passado). . Enfoque de relações internacionais (bilaterais) deve ser fortalecido com a África do Sul. . Direitos Humanos é hoje um tema importante na agenda política, no entanto a questão racial negra ainda é tratada como apêndice. . O racismo é uma categoria histórica que vem ao longo dos séculos determinando a distribuição de renda, não só no Brasil, mas entre nações. . Intensificação nos debates que respeitam questões relacionadas aos direitos à cultura e identidade, às manifestações religiosas de matrizes africanas, bem como à apropriação de terras ocupadas ancestralmente (Quilombos). . Recomendação de leis e códigos de conduta para combater o uso dos meios de comunicação para difusão de propaganda e idéias de cunho racista. . A Conferência foi marco importante para a política anti-racismo. . Ocorreu ganho político para a luta anti-racismo, não podemos acreditar nas formulações de que a conferência tenha sido perdida. . A forma como os acontecimentos de 11 de setembro apareceram na mídia enfraqueceram os debates sobre os resultados da conferência. . Demonstrar que o governo FHC tem lidado com a política de cotas de maneira instrumental e eleitoreira. 	<p><u>SUDESTE</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . Ampliar os debates conjuntos negros X Indígenas (principalmente no seminário de Campo Grande); . aprofundar a reflexão sobre Direitos Humanos e a questão racial (DG-p.38); <p><u>NORDESTE</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . Dar um caráter específico à grade escolar de acordo com a raça/etnia, a fim de promover o acesso e a permanência nos diversos níveis da esfera educacional; <p><u>CENTRO-OESTE</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . Incentivar a realização de um evento em Brasília convocado pelos parlamentares, conforme foi decidido no final da Conferência de Durban; . Fazer levantamento sobre projetos que tenham sido elaborados na Câmara Federal, em decorrência dos debates da Conferência de Durban (Telma de Souza; Paulo Paim, Geraldo Cândido, etc); <p><u>SUL</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . Criar intercâmbios Culturais, entre Brasil/África, com as instituições Governamentais, em nível Municipal, Estadual e Federal, estabelecendo uma relação com embaixadas para auxiliar no resgate da matriz Africana.

2.3 - Propostas e visões sobre política de ações afirmativas

Exposições	Reflexões/Propostas
<p>Questões iniciais:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Importância de considerar o contingente da população negra (44,3 – IBGE). . O movimento negro contribuiu para o desmascaramento da política de embranquecimento e da falsa democracia racial. . Dois brasis – um moderno e rico e outro miserável e antigo. <p>Bases para a política:</p> <ul style="list-style-type: none"> . A população negra não é minoria. . Racismo ser assumido a partir da forte discriminação que traz resultados materiais de desvantagem para a população negra. <p>Necessidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Leis antidiscriminatórias; . Políticas de Promoção de Igualdade; . Políticas Sociais; . Organismos específicos nas administrações públicas combinando ações com os setores tradicionais; . Movimento negro cumprir com o papel de negociador das políticas junto aos governos; <p>Ações Afirmativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Ações intencionais – programas e projetos que visam promover igualdade de oportunidades e de tratamento do ponto de vista racial; . Garantia de justiça social com equidade racial; . Reparações buscam garantir o ressarcimento econômico de populações historicamente desfavorecidas (corrigir desigualdades), no entanto não tratar essa questão de forma reducionista; . Cotas são estratégicas que tem por base uma referência numérica para garantir a presença da população negra em determinados espaços (trabalho, educação, etc); . Ações Afirmativas são importantes para a construção de políticas ⇒ Cotas (tática) ⇒ Reparações (questão estruturante); . A política de cotas incide diretamente sobre as práticas discriminatórias, reduzindo sensivelmente seus efeitos na disputa por espaços/opportunidades entre negros e negras e não-negros, contudo não agem de forma eficaz em relação à ideologia racista brasileira. 	<p>SUDESTE</p> <ul style="list-style-type: none"> . Crítica ao alcance das ações afirmativas do ponto de vista político e jurídico; . Ampliação de políticas públicas específicas que contemplem a realidade da população negra brasileira; <p>NORDESTE</p> <ul style="list-style-type: none"> . Elaboração de uma cartilha didática simplificada sobre ações afirmativas, cotas e reparações; . Cotas de participação da comunidade negra na inserção no mercado de trabalho, bem como nos concursos públicos atendendo a critérios proporcionais de gênero e raça; . Construção de um programa de apoio para a população afro-brasileira e, principalmente, para as mulheres negras chefes de família; . Fazer uma reforma agrária que atenda às demandas dos quilombos, comunidades remanescentes que não têm suas terras tituladas, e das comunidades indígenas; <p>SUL</p> <ul style="list-style-type: none"> . Garantir nos currículos, em todos os níveis escolares e instâncias públicas e privadas, componente curricular que traga em seu bojo a historicidade, passado e presente dos povos afro-brasileiros (fomentando a discussão sobre racismo, xenofobia e outras formas de intolerância étnica); . Qualificar as comunidades negras para o trabalho tendo em vista a dignidade humana, visando as possibilidades de ser voz e porta-voz de si e de outros oprimidos, considerando que as dificuldades de oportunidades e acesso aos programas governamentais vêm contribuindo para a exclusão e quando não de submissão humana; . Elaboração de um programa econômico social para a comunidade negra; . Criação de curso de capacitação de gestores de políticas sócio-culturais que trabalhem com a educação, história e cultura afro-descendente;

2.4 - A atuação no parlamento no combate ao racismo

Exposições	Reflexões/Propostas
<p>. Deve-se buscar no parlamento a pluralidade de temas, mas de modo a centrar-se na questão racial.</p> <p>. Criação de fóruns de debates no Legislativo com o apoio do Executivo. Ex. Frente Parlamentar de Combate ao Racismo (Bahia).</p> <p>. Importante canal de denúncia e de proposição de leis anti-racismo.</p> <p>. Os organismos competentes do Estado brasileiro devem ter o compromisso de assegurar a participação efetiva da população negra nas suas decisões.</p> <p>. É fundamental uma política governamental que alie emprego e distribuição de renda, no campo e na cidade, que legitime o direito à diferença e que reconheça a necessidade do recorte de raça/etnia/gênero.</p> <p>. Primeira licitação pelo STF (Supremo Tribunal Federal) com 20% das vagas reservadas para negros (as), em uma concorrência para contratar profissionais para prestação de serviços jornalísticos;</p> <p>. Reconhecimento dos órgãos oficiais, que assessoram o governo federal na elaboração de políticas públicas, de que a variável cor / raça opera na produção das desigualdades sociais;</p> <p>. Fundamentação da importância do papel que o movimento negro desempenha nessa nova tomada de posição, que amplie as estatísticas sobre tais desigualdades.</p> <p>. As políticas públicas devem necessariamente ser proposições enquanto um conjunto de políticas transversais, isto é, que permeiem e norteiem amplos os setores de um governo democrático e popular (educação, saúde, cultura, habitação, agricultura etc.).</p>	<p>SUDESTE</p> <p>. Rediscussão no partido sobre a importância de ampliarmos o número de parlamentares negros;</p> <p>NORDESTE</p> <p>. Criar mecanismos permanentes de correlação com as entidades do movimento negro para elaborar políticas, que busquem elevar a qualidade de vida da população negra em todas as áreas de intervenção do Estado;</p> <p>SUL</p> <p>. Proporcionar e incentivar discussões que gerem ações no que tange a Cultura Negra, de acordo com uma visão pedagógica e cultural, valorizando os profissionais das diversas universidades públicas e/ou privadas que compõem o Estado;</p> <p>. Apoiar as atividades da educação informal que trabalhem com a valorização da cultura negra;</p> <p>. Articular com a comunidade negra, em conjunto com outros movimentos sociais, para a proposta de Projeto de Lei, que defina o 20 de novembro como feriado nacional;</p> <p>. Desenvolver e incentivar pesquisas em saúde coletiva com enfoque de gênero e etnia, através do Ministério da Saúde, criando um banco de dados referente à saúde da mulher negra;</p> <p>. Elaborar material gráfico e áudio-visual enfocando a cultura negra, junto ao Ministério da Educação e Desporto, afim de que seja distribuído nas escolas;</p> <p>. Operacionalização da legislação anti-racista, Projeto de Lei com alteração dos códigos de processo civil, processo penal e código penal, no que se refere aos crimes raciais com a inversão do ônus da prova e tipificação da conduta discriminatória;</p> <p>. Criação de uma Vara judicial específica para receber e julgar os processos de discriminação racial.</p>

3. Propostas para o Programa de Governo

Propostas reafirmadas nos seminários visando subsidiar a campanha 2002⁴:

1. Efetivar a titularidade da terra às comunidades remanescentes de quilombos urbanas e rurais;
2. Assegurar o desenvolvimento de programas de profissionalização de mão-de-obra e geração de renda para os membros dos grupos excluídos, incluindo a população negra;
3. Introduzir, nas políticas de apoio á pesquisa científica e tecnológica, a igualdade de tratamento para os projetos referentes ás relações raciais;
4. Garantir o cumprimento da Convenção III da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
5. Intensificar a implementação do Programa Integral de Saúde da Mulher, incluindo o desenvolvimento de programas específicos que contemplem o binômio raça e gênero;
6. Implementar a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial;
7. Intensificar a introduzir o quesito cor nos sistemas de informação das áreas de atendimento aos usuários em todos os setores do serviço público;
8. Assegurar o desenvolvimento de detecção de anemia falciforme e talacemica (nos primeiros anos de vida), hipertensão e miomatoses, males cuja incidência é maior na população negra e acarretam repercussões na saúde reprodutiva;
9. Garantir a representação e visibilidade dos grupos étnicos em todas as campanhas e atividades de comunicação do Governo e de entidades que tenham investimento político ou econômico da União;
10. Assegurar uma boa qualidade de ensino e a adoção da pedagogia inter-étnica e não sexista no sistema educacional;
11. Desenvolver programas que assegurem igualdade de oportunidade e de tratamento nas políticas culturais;
12. Promover o mapeamento e tombamento dos sítios e documentos detentores de reminiscências históricas dos quilombos, bem como a proteção das manifestações culturais afro-brasileiras;

⁴ Estas propostas foram elaboradas, a princípio, para as campanhas de 1994 e 1998, sendo atualizadas nos seminários.

13. Criar programa de definição dos cargos comissionados por critério de gênero e raça;
14. Tratar de maneira isonômica a religiosidade, considerando a importância da liberdade de culto das religiões afro-descendentes;
15. Programa de combate a violência racial com foco especial para as condições vividas pela juventude negra;
16. Criação de um instrumentos e canais de participação, que diagnostiquem, proponham, acompanhem, avaliem e fiscalizem a execução das políticas anti-racismo, com ênfase no fortalecimento institucional dos atores sociais que protagonizam esta luta;
17. Garantia do desenvolvimento de políticas de combate a feminilização da pobreza com base na proteção do trabalho da mulher, mediante incentivos específicos que contemplem, especificamente as mulheres negras, através de programas de acesso, capacitação e treinamento para o mercado de trabalho;
18. Garantir a implementação do programa de prevenção a violência contra grupos em situação mais vulnerável, caso de crianças e adolescentes, idosos, mulheres, negros, portadores de deficiência, indígenas, homossexuais e trabalhadores sem terra.

Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

Responsáveis pela elaboração deste relatório:

Joana D'Arc Lara

Flávio Jorge Rodrigues

Márcia Nascimento

Martvs A. Chagas

Matilde Ribeiro